



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Carlos Pérez Bergmann

Claudia Lima Marques

Jane Fraga Tutikian

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Maria Helena Weber

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Temístocles Cezar

Valquiria Linck Bassani

Alex Niche Teixeira, presidente

O turismo rural comunitário como estratégia de desenvolvimento

KARINA TOLEDO SOLHA | IVO ELESBÃO | MARCELINO DE SOUZA
ORGANIZADORES

Agroturismo e desenvolvimento rural sustentável: o enfoque sistêmico do agroturismo

Carla Barbieri

Introdução

O Agroturismo é comumente definido como visitar um cenário agrícola em funcionamento para propósitos de lazer, recreação ou educação (Che, Veeck, & Veeck, 2005; Gil Arroyo, Barbieri, & Rozier Rich, 2013; Ollenburg & Buckley, 2007; Phillip, Hunter, & Blackstock, 2010). Embora o agroturismo seja oferecido com mais frequência em propriedades rurais, a visitação a outros tipos de cenários agrícolas (por exemplo, viveiros, frigoríficos) e áreas de florestas manejadas também é considerada agroturismo. Desde os anos 1980, os agricultores ao redor do mundo têm desenvolvido cada vez mais o agroturismo, junto com outros tipos de empreendimentos na propriedade rural (por exemplo, processos de valor agregado, arrendamentos), a fim de aumentar suas receitas e a riqueza do negócio para compensar os preços comprimidos pelas mudanças na economia agrícola, como a esteira tecnológica, a integração vertical dos negócios, e os subsídios a culturas de *commodities* selecionadas (Barbieri, Mahoney, & Butler, 2008; Brandth &

Haugen, 2007; Marsden & Sonnino, 2008; McGehee, 2007; Pulina, Dettori, & Paba, 2006). Além disso, o agroturismo é promovido como uma estratégia de desenvolvimento rural, pois seus benefícios são capazes de se expandirem além da riqueza econômica da propriedade, ao contribuir para a saúde sociocultural, ambiental e econômica das comunidades locais (Barbieri, 2013; Wicks & Merret, 2003; Yang, 2012).

Embora a literatura sugira que o agroturismo proporcione diversos benefícios aos agricultores e às comunidades rurais, as evidências de seus impactos reais são inconclusivas (Schilling, Sullivan, & Komar, 2012). Enquanto alguns estudos concluem que o agroturismo, certamente, aumenta os lucros agrícolas (Nilsson, 2002; Tew & Barbieri, 2012), outros sustentam que essa atividade mal aumenta o fluxo de caixa da propriedade (Fleischer & Tchetchik, 2005; Sharpley, 2002; Veeck, Che, & Veeck, 2006). De maneira mais ampla, enquanto muitos postulam a adequabilidade do agroturismo para revitalizar as economias rurais por meio da geração de empregos e do efeito multiplicador, promovendo, assim, a retenção dos jovens, esses benefícios raramente têm sido quantificados de modo direto (Barbieri, 2013; Pulina *et al.*, 2006; Yang, 2012).

Postulamos que a ambiguidade da real contribuição do agroturismo está relacionada à epistemologia, e não à ontologia. Em outras palavras, as evidências apontam que o agroturismo é benéfico em diferentes aspectos. No entanto, o alcance desses benefícios ainda não é conclusivo porque sua análise é dispersa e fragmentada, principalmente devido a dois itens. Primeiro, a avaliação do agroturismo é complicada por causa da complexidade da estrutura família-propriedade, na qual os objetivos dos agricultores empreendedores têm de ser negociados com as necessidades e os recursos da família rural (Tew & Barbieri, 2012). Segundo, a avaliação do agroturismo é ainda mais complexa quando se avalia sua adequabilidade como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, especialmente no nível social, pois os impactos econômicos precisam ser considerados junto com os impactos socioculturais e ambientais, que comumente são produzidos como uma externalidade.

Neste capítulo, propomos uma solução epistemológica, o Enfoque Sistêmico do Agroturismo, que pode servir para avaliar de forma abrangente o desempenho do agroturismo. Em resumo, o Enfoque Sistêmico do Agroturismo que propomos inclui três níveis de análise (produtor rural, família rural, sociedade) relacionados a três domínios de sustentabilidade (sociocultural, ambiental e econômico). Com esse objetivo, primeiro, resumimos os fundamentos do agroturismo para exemplificar sua complexidade em termos da abrangência das atividades que ele abarca. Em seguida, detalhamos os

quatro postulados inseridos na prática do agroturismo que, afirmamos, precisam ser levados em conta quando se avalia este tipo de empreendimento rural. Utilizamos esses postulados para introduzir o Enfoque Sistêmico do Agroturismo, o qual operacionalizamos com evidências obtidas da literatura e de dados vindos do laboratório de Agroturismo & Bem-Estar Social (Agrotourism & Societal Well-being) da Universidade Estadual da Carolina do Norte, coletados de agricultores e visitantes durante os últimos 10 anos nos Estados Unidos (níveis estadual e nacional) e no Canadá. Essa operacionalização ajuda a exemplificar as lacunas na avaliação do agroturismo e a concluir que os sistemas de avaliação holísticos, como o Enfoque Sistêmico do Agroturismo, são necessários para, de modo abrangente, captar a contribuição do agroturismo como uma ferramenta de desenvolvimento sustentável. Esmiuçamos os desafios de aplicação de nosso enfoque proposto antes de apresentar as considerações finais.

Visão geral do agroturismo

O agroturismo, descendente nascido da mistura dos setores agrícola e turístico, abarca uma gama de atividades de lazer, recreativas e pedagógicas oferecidas em cenários agrícolas em funcionamento. Com base nas intenções de marketing dos mantenedores, os visitantes podem participar dessas atividades gratuitamente ou pelo pagamento de uma taxa. Por exemplo, os produtores rurais que buscam aumentar as vendas diretas de sua produção ou de produtos de valor agregado permitem que os clientes façam *tours* por seus pomares e instalações gratuitamente. Outros projetam suas atividades como uma estratégia de geração de receita direta, assim, cobram uma taxa de seus visitantes, seja na forma de um preço de ingresso atrelado a uma atividade individual (por exemplo, entrar nos labirintos do milharal, passear de trator), de um ingresso de entrada geral, ou mesmo de uma combinação de ambos (isto é, ingresso de entrada geral com cobrança de ingresso adicional para atividades específicas).

Diferentes inventários de agroturismo, captando desde poucas até 21 atividades e indo desde as típicas atividades ao ar livre (como caminhadas, pescaria) até aquelas relacionadas à experiência ou contemplação da propriedade rural (por exemplo, colha você mesmo, *tours* pela fazenda), estão disponíveis na literatura (Barbieri & Mshenga, 2008; Nilsson, 2002; Schilling, Marxen, Heinrich, & Brooks, 2006). Entre essas, os *tours* (os quais são ou pedagógicos ou de lazer), a recreação ao ar livre, as atividades recreativas de

colheita própria (colha você mesmo) e os eventos públicos ou particulares (por exemplo, casamentos, festivais) parecem ser os tipos mais populares de atividades agroturísticas (Barbieri & Mshenga, 2008; Tew & Barbieri, 2012). Tais inventários pretendem retratar a diversidade da oferta agroturística em um dado espaço de tempo e contexto, assim, não deveriam garantir uma lógica explicativa. Principalmente, os inventários agroturísticos não refletem a natureza evolutiva de nossa sociedade, que é moldada por mudanças sociais e naturais, como alterações na demanda (por exemplo, composição demográfica dos visitantes) e na oferta (por exemplo, programas favorecendo certos tipos de atividades empreendedoras ou agrícolas) ou, mais recentemente, a variabilidade climática (Barbieri *et al.*, 2008; Turner *et al.*, 2003; Turner, Whitehead, Millard, Barr, & Howe, 2006; Valdivia & Barbieri, 2014). Além disso, essa variedade é um efeito do processo evolucionário do agroturismo, no qual os produtores rurais começam a oferecer uma atividade porque ela parece uma extensão natural da agricultura e, então, com o tempo, evolui para uma linha de negócios completamente desenvolvida (Ainley, 2014; Carter, 1998; Schilling *et al.*, 2006).

O mosaico das atividades agroturísticas oferecidas varia com base nos recursos da propriedade rural, nos seus sistemas agroecológicos e nas considerações geopolíticas. Os recursos da propriedade rural, em termos de capital humano ou financeiro, são os principais determinantes do número e do tipo de atividades oferecidas (Schilling *et al.*, 2006). As propriedades rurais com menos recursos podem começar suas operações agroturísticas com atividades de colha você mesmo (colheita própria) e *tours* pela propriedade, porque elas requerem pouco investimento; por outro lado, a hospedagem na propriedade rural e as atividades relacionadas ao vinho (por exemplo, salas de degustação) exigem mais capitais financeiro e humano, bem como mais *know-how* especializado. Como exemplo, Yang (2012) relata que ter quartos sobrando e outras instalações são um forte incentivo para que os agricultores chineses participem do agroturismo. Os sistemas agroecológicos também influenciam a oferta agroturística (Gao, Barbieri & Valdivia, 2014; Gil Arroyo *et al.*, 2013). Por exemplo, os agricultores podem optar por atividades de colha você mesmo em áreas que favorecem a produção hortícola, ou a caça a cogumelos em áreas florestadas. Por fim, as políticas existentes também influenciam a oferta agroturística (Gil Arroyo *et al.*, 2013; Maye, Ilbery, & Watts, 2009; Pulina *et al.*, 2006; Schilling *et al.*, 2006). Nesse sentido, Ainley (2014) afirma que as propriedades agroturísticas em Ontário (Canadá) não costumam oferecer hospedagem noturna, muito provavelmente por causa das estritas regulações provinciais (por exemplo, seguros,

licenciamento, tributação) que aumentam significativamente os custos operacionais. Da mesma forma, as políticas afetam como algumas atividades são consideradas agroturismo em determinadas regiões, enquanto são excluídas em outras. Esse é o caso do alojamento, considerado de forma consistente um tipo de oferta agroturística na Itália, em Israel e na América do Norte (Barbieri *et al.*, 2008; Fleischer & Tchetchik, 2005; Sonnino, 2004; Tew & Barbieri, 2012), enquanto é excluído em outras regiões, como na Austrália (Ollenburg & Buckley, 2007).

Entender a gama das atividades agroturísticas é relevante para descobrir as preferências dos visitantes; algumas atividades são adequadas para focar um segmento de clientes específico (por exemplo, grupos escolares, clientes buscando alimentos produzidos no local), enquanto outras servem para aumentar a visita geral da propriedade rural. Com base nas preferências dos visitantes, Barbieri (2014) reduziu a variabilidade das atividades agroturísticas em três grandes categorias: *Recreação e Hospitalidade na Propriedade Rural*, captando a gama de atividades recreativas, serviços de alimentação e alojamento comumente oferecidos em propriedades rurais de agroturismo, como festivais de colheita e passeios de trator; *Educação Agrícola*, incluindo aquelas atividades que, direta ou indiretamente, proporcionam qualquer tipo de educação agrícola formal (por exemplo, *workshops*, estágios) ou experiências práticas (por exemplo, colha você mesmo, zoológicos interativos) aos visitantes; e *Recreação ao Ar Livre*, compreendendo as atividades tradicionalmente associadas com a recreação ao ar livre, como observação da natureza, caça e pesca. Essas preferências foram analisadas mais a fundo e geraram três tipos de visitantes de propriedades rurais: aqueles que procuram recreação e hospitalidade baseadas na propriedade rural; aqueles interessados no componente da pedagogia agrícola do agroturismo, e aqueles abertos a qualquer tipo de atividade oferecida na propriedade rural.

Os postulados do agroturismo

Na literatura internacional, o agroturismo é retratado como uma estratégia empreendedora que os produtores rurais adotam para elevar o valor de seus negócios, geralmente em termos de receitas aumentadas e fluxo de caixa mais sustentado por todas as entressafras. Além disso, sugere-se que a riqueza econômica que esses empreendimentos trazem às propriedades rurais individuais tenha a capacidade de revitalizar as economias circundantes de maneira sustentável, o que, por sua vez, pode produzir uma série de outros

benefícios ambientais e socioculturais. Essa afirmação simples, embora ambiciosa, é um tanto problemática, dada a complexidade de quatro postulados associados ao desenvolvimento agroturístico: (1) a natureza sinérgica do desenvolvimento empreendedor na propriedade rural; (2) a complexidade dos objetivos econômicos e não econômicos impulsionando as decisões dos produtores rurais para diversificar seu portfólio empreendedor; (3) a estrutura entrelaçada da instituição propriedade rural-família; e (4) a complexidade do desenvolvimento sustentável. Os próximos parágrafos detalham essas quatro alegações.

Postulado 1 – O Agroturismo e a natureza sinérgica dos empreendimentos nas propriedades rurais

Na literatura turística, o agroturismo em geral é retratado como uma unidade de negócios independente com a capacidade de atrair visitantes à propriedade rural, aumentando, dessa forma, as receitas, seja diretamente (por exemplo, por meio da cobrança de entrada), seja indiretamente (por vendas diretas de outros produtos, por exemplo). Entretanto, na prática, o agroturismo tem uma estrutura mais complexa porque ele é apenas um fluxo de receita do negócio agrícola. Assim, a literatura agroturística adota uma perspectiva mais holística ao colocar o agroturismo dentro do grande esquema da diversificação do empreendimento agrícola (Barbieri *et al.*, 2008; Blacka *et al.*, 2001; Ilbery, 1991). Isto é, como um tipo de empreendimento resultante da realocação e recombinação da área, da mão de obra ou do capital da propriedade rural com vistas a aumentar as receitas da propriedade, agregando valor aos ativos agrícolas, maximizando o uso dos recursos da propriedade, ou reduzindo os riscos associados à produção agrícola (Knutson, Smith, Anderson, & Richardson, 1998; Turner *et al.*, 2003).

Os estudos anteriores reconhecem a implementação de até oito tipos de empreendimentos na propriedade rural: (1) culturas, criações ou práticas agrícolas não padronizadas objetivando cobrar preços premium em mercados específicos; (2) estratégias de marketing direto inovadoras (por exemplo, marca própria, mídias sociais), procurando alcançar o consumidor final e reter as receitas perdidas nas longas cadeias de suprimento agrícolas; (3) diversificação passiva (por exemplo, arrendamentos, servidões) estabelecida para maximizar o valor de recursos subutilizados; (4) consultoria ou serviços profissionais oferecidos para capitalizar a *expertise* dos empregados da propriedade rural; (5) processamento de produtos agrícolas para maximização

de valor; (6) preservação e reorientação da herança agrícola tangível para dar suporte a outra atividade agrícola (por exemplo, celeiros antigos convertidos em salas de degustação de vinhos) ou aumentar a atratividade da propriedade rural (por exemplo, ferramentas antigas exibidas como decoração); (7) programas educativos (por exemplo, *workshops*, estágios); e (8) agroturismo englobando atividades ou serviços de recreação e hospitalidade (Barbieri *et al.*, 2008; Barlas, Damianos, Dimara, Kasimis, & Skuras, 2001; Bowler, Clark, Crockett, Ilbery, & Shaw, 1996; Damianos & Skuras, 1996; Ilbery, 1991; McNally, 2001; Turner *et al.*, 2003).

No entanto, apesar de tratadas de forma independente para propósitos acadêmicos e pedagógicos, na realidade, essas atividades são sinérgicas. Primeiro, relata-se que os agroempreendedores ao redor do mundo oferecem simultaneamente vários tipos de empreendimentos na propriedade rural (Ilbery, 1991; Ploeg *et al.*, 2000), e tal corrida empreendedora é ainda mais destacada entre os produtores rurais envolvidos no agroturismo (Barbieri, 2009). No Canadá e nos Estados Unidos, por exemplo, os agroempreendedores têm, em média, cerca de quatro empreendimentos diferentes na propriedade rural (Barbieri *et al.*, 2008; Barbieri & Mahoney, 2009; Tew & Barbieri, 2012). Segundo, as evidências indicam que, uma vez imersos no modo empreendedor, os agricultores continuam desenvolvendo novos empreendimentos para responder rapidamente a necessidades sociais, para se adaptar a desafios emergentes (Turner *et al.*, 2003, 2006; Schilling *et al.*, 2006), e até mesmo para experimentar as sugestões e ideias de seus visitantes (Ainley, 2014). Terceiro, embora o agroturismo nem sempre seja um mecanismo multiplicador de lucro, ele é essencial para a sobrevivência econômica da propriedade rural. Na verdade, os estudos constataram que muitos agricultores do agroturismo não cobram entrada, mas tendem a relatar vendas brutas e lucros mais altos do que outros agroempreendedores (Tew & Barbieri, 2012).

Em resumo, as evidências sugerem que o agroturismo é uma forma de empreendimento que não deveria ser examinada de modo isolado, mas dentro do negócio agrícola como um todo. Isto é, seu desempenho econômico não deveria ser avaliado somente em termos das receitas diretamente derivadas do consumo recreativo da propriedade rural (por exemplo, taxas de entrada, vendas de ingressos), porém também deveria captar sua natureza sinérgica em termos da gama de benefícios indiretos para o negócio agrícola (por exemplo, *branding* rural, aumento da quota de clientes) e, mais especificamente, em promover as vendas diretas de outros produtos da propriedade rural.

Postulado 2 – O mix de objetivos por trás do desenvolvimento agroturístico

Um conjunto complexo de objetivos econômicos e não econômicos impulsiona o processo de tomada de decisão de empreendedores e de produtores rurais (Hornsby & Kuratko, 2002; Gasson, 1973). Logo, essa afirmação é verdadeira para os agroempreendedores cujos principais objetivos estão associados ao bem-estar financeiro (por exemplo, minimizar os riscos associados à agricultura, maximizar os lucros) e à eficácia do marketing (por exemplo, aumentar a fidelidade do cliente, expandir a base de clientes) da propriedade rural, bem como a uma série de objetivos intrínsecos relacionados a suas necessidades pessoais empreendedoras (por exemplo, capitalizar um hobby, concretizar um desafio empresarial) ou ao aumento da qualidade da vida familiar (Alsos, Ljunggren, & Pettersen, 2003; Barbieri & Mahoney, 2009; Bowler *et al.*, 1996; Ilbery, 1991; Turner *et al.*, 2003; Schilling *et al.*, 2006).

Os impulsionadores por trás do desenvolvimento do agroturismo receberam considerável atenção na literatura mundial. De acordo com a literatura geral do (agro)empreendedorismo, os agricultores participam do agroturismo para buscar objetivos combinados, entre os quais os mais destacados são: gerar renda adicional, continuar na agricultura, e aumentar a qualidade de vida dos membros da família (Barbieri, 2009; 2013; McGehee & Kim, 2004; Ollenburg & Buckley, 2007; Nickerson, Black, & McCool, 2001). Vale mencionar que, diferentemente de outros empreendimentos agrícolas, os mantenedores do agroturismo têm uma forte motivação para educar o público sobre a agricultura e a importância dos agricultores locais, bem como de interagir com seus clientes (Daugstad & Kirchengast, 2013; Tew & Barbieri, 2012; Schilling *et al.*, 2006). Nesse sentido, Yang (2012) descobriu que, em Yunnan (China), o intercâmbio cultural e a oportunidade de aprender sobre o “mundo exterior” são impulsionadores importantes para oferecer o agroturismo (Yang, 2012).

Diferentes estudos reduziram os objetivos do agroturismo em poucos temas, com os quatro seguintes sendo recorrentes: *Lucratividade da Empresa* procurando gerar renda adicional, utilizar melhor os recursos existentes, compensar a flutuação sazonal das receitas, e cumprir melhor as obrigações financeiras; *Aumento do Mercado* em resposta a uma oportunidade de mercado, a necessidade de aumentar e diversificar a base de clientes da propriedade rural, e o desejo do agricultor de educar o público e interagir com os visitantes; *Questões Familiares* relacionadas à capacidade de continuar na

agricultura e manter a terra, bem como oferecer oportunidades de emprego para os filhos ou cônjuge; e *Objetivos Pessoais*, englobando a qualidade de vida da família rural, e a busca de um desafio, interesse ou hobby pessoal (Barbieri, 2010; Getz & Carlsen, 2000; McGehee & Kim, 2004; Nickerson *et al.*, 2001; Ollenburg & Buckley, 2007).

Em resumo, a literatura é robusta ao indicar que uma mistura de necessidades financeiras e relacionadas ao mercado, interesses pessoais e atividades familiares impulsiona o desenvolvimento do agroturismo. Logo, a avaliação deste tipo de empreendimento não deveria ser examinada sob uma perspectiva econômica míope em termos de lucros ou receitas da propriedade rural. Em vez disso, os acadêmicos e profissionais deveriam avaliar de modo abrangente a importância do agroturismo em satisfazer a gama de objetivos econômicos (financeiros, mercadológicos) e não econômicos (pessoais, familiares) impulsionando seu desenvolvimento.

Postulado 3 – Agroturismo dentro da estrutura familiar da propriedade rural

Diferentemente de outros setores, as decisões nas propriedades rurais familiares são negociadas pelos membros da família na propriedade ou por quem, de alguma forma, esteja relacionado ao negócio rural. Como resultado, as tarefas pertencentes ao ambiente doméstico (por exemplo, criação dos filhos) e agricultura (por exemplo, criação dos animais) são, em geral, compartilhadas pelos membros da família de acordo com um sistema normativo calcado em papéis tradicionais tácitos ou acordos explícitos baseados nas necessidades familiares e do negócio. Por exemplo, espera-se que as crianças que vivem na propriedade rural trabalhem na terra mesmo desde pouca idade (Kim & Zepeda, 2004; Light, Hertsgaard, & Martin, 1985). Do mesmo modo, os benefícios econômicos advindos da propriedade rural são comumente distribuídos entre os membros da família e reinvestidos no negócio com base em necessidades prementes e prioridades. Essa mistura de responsabilidades se estende até mesmo além dos domínios da propriedade rural. Nos Estados Unidos, por exemplo, algumas mulheres procuram empregos fora da propriedade rural para complementar as rendas agrícolas e obter benefícios sociais (por exemplo, fundo de aposentadoria, seguro-saúde), que, de outra maneira, sua família não conseguiria por meio da agricultura (Kim & Zepeda, 2004).

Os acadêmicos cunharam o termo *família rural* para captar os papéis familiares e agrícolas entrelaçados, inseridos nas propriedades rurais familiares,

e a interdependência entre os lucros da propriedade e as maximizações da utilidade da família (Benjamin, 1994). Em essência, a família rural se refere à entidade que inclui as estratégias e os padrões de uso de recursos da propriedade e as redes que permitem a combinação da agricultura com outras atividades dentro da propriedade (por exemplo, outros empreendimentos) e fora da propriedade (por exemplo, atividade empregatícia), incluindo responsabilidades familiares (Knickel & Renting, 2000). Nessas responsabilidades familiares e agrícolas entrelaçadas, as mulheres na família rural carregam o fardo mais pesado devido aos valores patriarcais comumente presentes em sociedades rurais. Espera-se que as mulheres atuem como cuidadoras primárias, o que é uma grande restrição de tempo quando combinado com as responsabilidades na propriedade rural. Esse fardo é ainda maior entre as mulheres no agroturismo, pois elas tendem a impulsionar seu desenvolvimento e sua administração (Anthopoulou & Koutsou, 2011; Jennings & Stehlik, 2000; Lagravinese, 2013; Ling, Wu, Park, & Shu, 2013; McGehee, 2007; McGehee, Kim, & Jennings, 2007; Schmitt, 2010). Além disso, a estrutura predominantemente masculina prevalente na agricultura impossibilita as oportunidades de as mulheres construir o capital social, e assim, a capacidade delas de acessar recursos financeiros, informações e mercados (Pandolfelli & Quisumbing, 2010; Quisumbing, 1994).

Em síntese, as evidências indicam que a família e as obrigações e os ganhos do negócio estão entrelaçados dentro da estrutura da família rural com base em um conjunto de normas tácitas ou explícitas. Logo, a avaliação do agroturismo deveria incorporar as perspectivas da família rural como um todo e, especialmente, todos (incluindo menores) os que possuem, de uma forma ou de outra, qualquer responsabilidade doméstica e/ou administrativa. Ao fazer isso, é crucial avaliar como essas responsabilidades são negociadas para maximizar a utilidade da família rural e, dessa maneira, identificar quem mais se beneficia do desenvolvimento agroturístico.

Postulado 4 – Agroturismo como uma estratégia de desenvolvimento sustentável

As autoridades locais, os agentes de extensão e os planejadores/desenvolvedores econômicos em geral promovem o agroturismo como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, especialmente em áreas onde nem o turismo nem a agricultura podem ser justificados de forma independente (Wicks & Merret, 2003; Yang, 2012). Além disso, o agroturismo é retratado até mesmo como a panaceia de pequenas áreas rurais onde a globalização

tornou a agricultura não rentável, intensificando, desse modo, o êxodo de jovens para metrópoles vizinhas e causando o enfraquecimento de negócios locais. Entretanto, postular o agroturismo como uma estratégia sustentável é uma alegação importante, que envolve muito mais do que receitas agrícolas maiores e a revitalização econômica de comunidades rurais.

Desde que a Comissão Brundtland esboçou o conceito de desenvolvimento sustentável no fim da década de 1980 (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, *World Commission on Environment and Development*, 1987), diversas definições surgiram, as quais variam dependendo do enfoque (por exemplo, político, ambiental) ou dos interesses por trás delas. Contudo, com base nos princípios originais da Comissão Brundtland, sustentabilidade supõe aquele desenvolvimento que cuida das considerações sociais (por exemplo, igualdade, prestação de serviços sociais adequados, contabilidade pública e participação), econômicas (por exemplo, produção estável, lucratividade de longo prazo, equilíbrio ao longo dos setores) e ambientais (isto é, não superexploração de recursos renováveis ou esgotamento de recursos não renováveis) (Harris, 2000; Redclift, 2006). Quando aplicada ao turismo, a sustentabilidade é geralmente entendida como as atividades originárias de viagens que são economicamente viáveis sem destruir o tecido ambiental ou social da comunidade local (Swarbrooke, 1999), conseguindo, assim, garantir a perpetuação da atividade econômica do turismo enquanto promove a administração dos ambientes físico e humano circundantes (Butler, 1999).

Logo, postular o agroturismo como uma estratégia de desenvolvimento sustentável é uma afirmação muito complexa, avançando mais do que o discurso político. No nível da família rural, isso significa que os benefícios obtidos no agroturismo necessitam exceder seus custos, ou seja, o empreendimento agroturístico precisa ser economicamente saudável para, pelo menos, justificar a manutenção da terra cultivável e do negócio em operação (por exemplo, aumentar o influxo de caixa, agregar valor econômico à operação), enquanto produz algum benefício ambiental (por exemplo, preservação do solo) e social (por exemplo, igualdade de gênero) à família rural. Além disso, uma vez que o agroturismo é retratado como uma estratégia de desenvolvimento rural, sua sustentabilidade precisa se espalhar além dos domínios da propriedade. Em outras palavras, os benefícios advindos desse empreendimento necessitam promover algum ganho econômico (por exemplo, gerar um efeito multiplicador, criar empregos para os moradores locais), social (por exemplo, manter o conhecimento tradicional da agricultura) e ambiental (por exemplo, conservar a herança natural e cultural, proteger plantas,

animais ou germoplasma nativos; reduzir a poluição agrícola) para as comunidades circundantes. Para fazer isso, os benefícios e os custos que o agroturismo gera para a família rural e as comunidades circundantes deveriam ser examinados simultaneamente.

O enfoque sistêmico do agroturismo

Discutimos quatro postulados associados ao agroturismo em termos de sua natureza sinérgica, do complexo conjunto de objetivos impulsionando seu desenvolvimento, das relações entrelaçadas da família rural, e da complexidade do desenvolvimento sustentável. Esses postulados sugerem que uma avaliação acurada do agroturismo exige um sistema holístico para aferir seus impactos nos níveis micro (propriedade rural) e macro (sociedade). Nesse sentido, propomos o Enfoque Sistêmico do Agroturismo (Figura 1) para avaliar o desempenho do agroturismo, levando em conta seus impactos econômicos, socioculturais e ambientais (positivos e negativos) em três níveis de análise – produtor rural, família rural e sociedade.

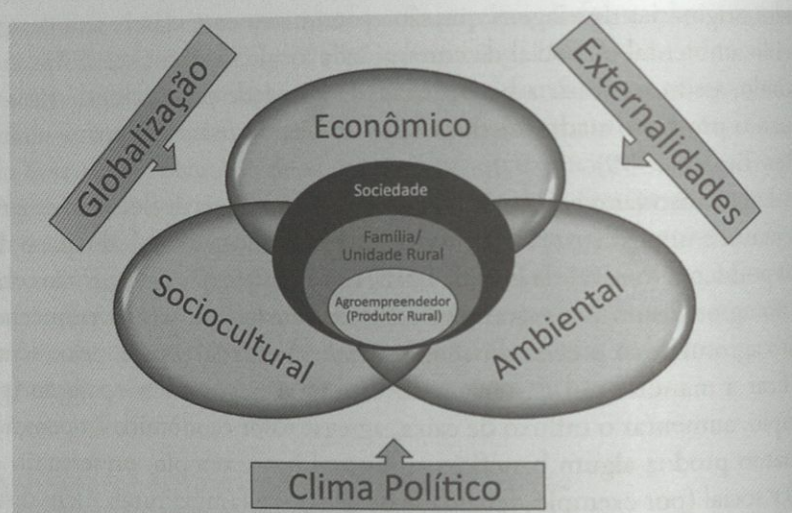


Figura 1. O Enfoque Sistêmico do Agroturismo

Fonte: Elaborado pela autora.

Nos próximos parágrafos, apresentamos evidências da literatura e de nosso trabalho pessoal para embasar a necessidade do Enfoque Sistêmico do Agroturismo. Fazemos isso ao resumir evidências parciais da contribuição do agroturismo e ao identificar lacunas importantes na literatura relacionadas

ao papel do agroturismo em satisfazer a diversidade de objetivos, impulsionando o empreendedorismo dos produtores rurais, a necessidade de incluir toda a família rural nas avaliações do agroturismo e a adequabilidade do agroturismo como uma trajetória de negócios sustentável e como uma estratégia de desenvolvimento rural.

O papel do agroturismo na satisfação de objetivos empreendedores

Conforme mencionado, a literatura avançou muito ao revelar a diversidade de objetivos impulsionando os objetivos empreendedores dos produtores rurais relacionados à saúde econômica e mercadológica da propriedade rural, bem como as necessidades pessoais e familiares da família rural. No entanto, há poucas evidências indicando até que ponto esses objetivos são alcançados. Como resultado, os objetivos do produtor rural são, com frequência, usados como substituto para avaliar o desempenho do agroturismo, o que não é necessariamente preciso, por duas razões¹. De um lado, os objetivos empreendedores são hierarquicamente organizados, com poucos objetivos de maior prioridade no topo e diversos objetivos de menor prioridade na parte inferior, e essa hierarquia varia de acordo com os indivíduos (Austin & Vancouver, 1996). Assim, as avaliações do agroturismo deveriam contabilizar o nível de importância que os produtores rurais atribuem a cada objetivo. Por outro lado, os empreendedores tendem a sustentar seus empreendimentos, independentemente dos resultados financeiros reais ou de eventos adversos, se eles percebem outros objetivos concretizados (Kuratko, Hornsby, & Naffziger, 1997; Lynn & Reinsch, 1990). Logo, somente avaliar os impactos econômicos do agroturismo é insuficiente para alegar seu sucesso ou fracasso, pois os produtores rurais talvez tenham outros objetivos acompanhando aqueles que possuem maior prioridade.

Usamos duas vezes um enfoque motivacional para avaliar o agroturismo. No estado do Missouri (Estados Unidos), descobrimos que o agroturismo é muito bem-sucedido em aumentar a visibilidade da propriedade rural no mercado, especialmente captando novos clientes e educando o público a respeito da agricultura, bem como aumentando a qualidade de vida para os membros da família rural (Tew & Barbieri, 2012). No Canadá, constatamos que os objetivos intrínsecos (por exemplo, continuar na agricultura, aumen-

¹ Um exemplo para fazer referência aos objetivos como substitutos para avaliar o desempenho do agroturismo seria: dado que os produtores rurais desenvolvem o agroturismo para aumentar as receitas da propriedade rural e eles permanecem oferecendo-o ao longo dos anos, pressupõe-se que o agroturismo aumente as receitas da propriedade rural.

tar a qualidade de vida da família) e os relacionados ao mercado (por exemplo, aumentar ou diversificar o mercado, responder a uma necessidade ou oportunidade de mercado) são os objetivos de agroturismo mais importantes e concretizados (Barbieri, 2010). Outro estudo canadense identificou que o agroturismo, especialmente quando oferecido em base sazonal, permite que os produtores rurais mantenham seu estilo de vida agrícola e reforcem sua identidade agrícola (Ainley, 2014). Esses resultados sustentam que as avaliações do agroturismo deveriam incluir os objetivos dos produtores rurais, além das recompensas econômicas, pois a saúde mercadológica da propriedade rural e as metas pessoais e familiares não são apenas impulsionadores importantes, mas também são os mais concretizados e recompensadores.

A família rural como unidade de análise

Sugerimos que as avaliações do agroturismo deveriam incluir toda a família rural com dois objetivos: (1) avaliar os resultados reais (aumentos/prejuízos) do agroturismo além dos objetivos, e (2) incorporar as perspectivas de diferentes membros da família envolvidos no negócio rural. A avaliação dos resultados reais é crítica, pois eles podem não emergir apenas dos objetivos do produtor rural. Por exemplo, a literatura relata com regularidade que oferecer emprego aos membros da família não é um impulsionador notável no desenvolvimento do agroturismo (Barbieri, 2010; Barbieri & Mahoney, 2009; Ollenburger & Buckley, 2007; McGehee *et al.*, 2007; Nickerson *et al.*, 2001), nem um impulsionador altamente concretizado (Barbieri 2010; Tew & Barbieri 2012). No entanto, em um estudo nacional nos Estados Unidos, verificamos que as propriedades rurais agroturísticas empregam significativamente mais membros da família do que outros tipos de empreendimentos rurais, sugerindo que, embora não seja tão procurado, o agroturismo cria, sim, empregos para os membros imediatos da família (Barbieri, 2013). Essa inconsistência é mais provável por causa do (nosso) foco geral míope no principal operador ou proprietário da propriedade rural. O trabalho de Ainley (2014) é uma exceção a esse foco míope. Enquanto explora as dinâmicas internas de três operações agroturísticas bem-sucedidas em Ontário (Canadá), a autora descobriu que o agroturismo foi o caminho para verificar uma posição remunerada e independente no negócio rural na geração seguinte de produtores rurais, dando, assim, suporte à necessidade de avaliar o agroturismo em nível da família rural.

Levar em conta as perspectivas dos diferentes membros da propriedade rural também é importante para captar divergências de gênero. McGehee *et*

al. (2007) identificaram que as mulheres são, em geral, mais impulsionadas do que os homens para seguir no agroturismo e, principalmente, que as mulheres consideraram extremamente importante educar o consumidor e criar empregos para os membros da família, enquanto os homens não pensavam assim. Dado que a persistência empreendedora é baseada na avaliação concomitante dos níveis de importância e de concretização do objetivo perseguido, não seria errado insinuar que as mulheres percebem mais sucesso do que os homens ao oferecer *tours* educativos aos visitantes ou ao criar um emprego remunerado para um membro da família.

A sustentabilidade do agroturismo

É crucial avaliar a sustentabilidade do agroturismo como uma trajetória de negócios e como uma estratégia de desenvolvimento rural. Tal avaliação, principalmente além dos domínios da propriedade, é uma grande lacuna na literatura. Do ponto de vista econômico da propriedade rural, as evidências sugerem que o agroturismo pode aumentar o fluxo de caixa (especialmente importante durante as entressafas agrícolas) e até mesmo incrementar os lucros da empresa (Nilsson, 2002; Tew & Barbieri, 2012). Mais frequentemente, os estudos concluem que, embora nem sempre altamente lucrativo, o agroturismo permite que os produtores rurais continuem na agricultura e desfrutando de seus estilos de vida tradicionais (Barbieri & Mahoney, 2009; Fisher, 2006; McGehee, 2007; Nickerson *et al.*, 2001). Schilling *et al.* (2006) afirmam que o agroturismo concretiza diversos objetivos financeiros, mas as inconsistências econômicas encontradas na literatura exigem uma mudança de paradigma para incluir as vendas diretas. Apesar de o impacto econômico maior do agroturismo nas sociedades rurais ser anunciado com frequência, poucos têm monetarizado essa contribuição. Nesse aspecto, Santeramo e Morelli (2015) sustentam que o agroturismo é um determinante do turismo rural na Itália e tem a capacidade de atrair turistas internacionais, porém seu potencial não é maximizado por causa da oferta insuficiente. Relata-se que o efeito multiplicador do agroturismo nas comunidades locais também cria empregos, seja como trabalho na propriedade rural ou como fornecedor de produtos e serviços auxiliares (Barbieri, 2013; Yang, 2012).

As contribuições socioculturais e ambientais do agroturismo em níveis tanto de propriedade rural, quanto social têm sido menos investigadas. Uma grande contribuição do agroturismo é a criação de emprego para os membros da família de forma mais ampla do que outros empreendimentos rurais,

o que ajuda a perpetuar a instituição da família rural, uma vez que facilita a sucessão intergeracional (Barbieri, 2013; Ollenburg & Buckley, 2007; Veeck *et al.*, 2006). Especialmente, esses trabalhos remunerados são considerados significativos e agradáveis, e adequados a produtores rurais em diferentes fases da vida (Ainley, 2014). O agroturismo também leva à preservação da herança tangível baseada na propriedade (por exemplo, celeiros, equipamentos antigos) e intangíveis (por exemplo, conhecimento ancestral, tradições) (Lagravinese, 2013; LaPan & Barbieri, 2014; Yang, 2012), o que, por sua vez, sustenta os estilos de vida rurais nas comunidades agrícolas (Busby & Rendle, 2000; Brandth & Haugen, 2011; Lagravinese, 2013; McGehee & Kim, 2004). Yang (2012) constatou que o agroturismo fomenta a integração cultural dentro de comunidades tradicionais por meio de casamentos com grupos minoritários.

Da perspectiva ambiental, o Agroturismo promove o uso de práticas agrícolas sustentáveis (por exemplo, manejo integrado de pragas, agricultura de baixos insumos), pois os produtores rurais estão preocupados com a saúde de suas terras ou estão procurando captar um número cada vez maior de visitantes ambientalmente conscientes (Barbieri, 2013; Carlsen, Getz, & Ali-Knight, 2001; Choo & Jamal, 2009; Kline, Barbieri, & LaPan, 2015). O agroturismo também ajuda a proteger e embelezar as paisagens rurais (Barbieri & Valdivia, 2010; Yang, 2012), o que, por seu turno, pode ajudar a manter os sistemas ecológicos (Smit & Brklacich, 1989). Melhorias na infraestrutura pública, especialmente relacionadas a transporte, eliminação de resíduos e serviços hídricos, também são descritas como consequências do desenvolvimento do agroturismo (Yang, 2012).

Embora muitos benefícios sejam atribuídos ao agroturismo, as avaliações de sustentabilidade também deveriam incluir resultados negativos, os quais, em geral, não são retratados na literatura. Do ponto de vista sociocultural, Schilling *et al.* (2006) concluíram que, apesar da capacidade do agroturismo de conscientizar sobre a agricultura familiar entre os componentes público e político, ele também diminui o valor da agricultura devido à ênfase no valor recreativo. A forte sazonalidade do agroturismo e as situações inesperadas de grandes números de visitantes também impõem um fardo sobre a família (Schilling *et al.*, 2006; Yang, 2012), enquanto a exposição aos visitantes e a modernização corroem a vida social e os costumes nas sociedades tradicionais (Yang, 2012). Brandth & Haugen (2011) argumentam que a menor ênfase na produção agrícola contraria a identidade dos produtores rurais. Sob a perspectiva ambiental, os produtores rurais do agroturismo dão menos ênfase na gestão de resíduos da propriedade e na conservação de plantas

nativas do que outros tipos de empreendimentos rurais, diminuindo sua contribuição ambiental (Barbieri, 2013).

Em resumo, as pesquisas demonstram que o agroturismo tem a capacidade de proporcionar uma gama de benefícios socioculturais, ambientais e econômicos à família e às sociedades rurais. Alguns estudos também relatam os resultados negativos do agroturismo, embora sejam necessárias mais pesquisas sobre esse quesito. No entanto, as evidências fornecidas são esparsas e fragmentadas, pois os estudos não conseguiram avaliar esses benefícios de maneira integrada. Em outras palavras, até hoje, não podemos alegar a sustentabilidade do agroturismo porque a maioria dos estudos documenta uma série de impactos específicos (benefícios/prejuízos), porém não avalia seus efeitos gerais (positivos/negativos) na propriedade rural ou na sociedade. Como propomos, tal nível de análise exige uma abordagem sistêmica. No entanto, a operacionalização de tal abordagem impõe uma série de desafios, descritos a seguir.

Os desafios do enfoque sistêmico do agroturismo

O paradigma da sustentabilidade exige uma avaliação dos setores produtivos além das medidas monetárias, portanto, as abordagens sistêmicas emergiram para integrar a lucratividade econômica, saúde ambiental e igualdade social nas avaliações da produção agrícola (Francis *et al.*, 2008). Assim, propomos um modelo sistêmico para avaliar o agroturismo de modo abrangente, captando o alcance de seus resultados positivos e negativos em três domínios de sustentabilidade (sociocultural, econômico e ambiental) em três níveis de análise (empreendedor, família rural, sociedade). Contudo, reconhecemos que essa avaliação é ambiciosa devido à natureza sistêmica da abordagem e da dificuldade de captar a complexidade do agroturismo. A operacionalização de nosso enfoque também precisa dar conta da multifuncionalidade da agricultura, sugerindo que muitos benefícios do agroturismo são produzidos como externalidades. Por fim, é necessário explicar o clima político que exerce uma grande pressão na oferta de agroturismo, bem como a globalização, a qual está constantemente alterando as tendências na demanda do agroturismo e arriscando a autenticidade de sua oferta.

O desempenho dos enfoques sistêmicos é difícil de avaliar porque isso requer a aplicação de múltiplas medidas (Francis *et al.*, 2008). No caso do enfoque sistêmico do agroturismo, a avaliação em três níveis de análise é complicada porque um resultado agroturístico pode ser um benefício em um

nível e um prejuízo em outro. Por exemplo, a atividade de colha você mesmo, uma atividade agroturística popular nos Estados Unidos, diminui o número de empregados na propriedade rural, o que, definitivamente, representa um benefício econômico para a propriedade rural na forma de economia de custos (Schilling *et al.*, 2006). Entretanto, esse resultado pode ser contabilizado como um prejuízo social, uma vez que reduz as oportunidades de emprego para os residentes locais. Medidas múltiplas também são necessárias para captar a complexidade do desenvolvimento empreendedor na propriedade rural. Nesse sentido, os estudiosos ainda deverão avaliar o impacto do agroturismo em outros tipos de empreendimentos na propriedade rural, especialmente na venda direta de outros produtos agrícolas (Tew & Barbieri, 2012). Isso é particularmente importante para produtos agrícolas de especialidade, para os quais o sucesso depende de mercados específicos (por exemplo, venda direta a restaurantes de alta gastronomia) ou de um processo de valor agregado (por exemplo, artigos de fibra de alpaca).

O agroturismo também é complicado de avaliar porque ele depende da agricultura, que, por sua vez, é um sistema maior de produção. Assim, a relação com o agroturismo deveria ser contrabalançada com a prática da agricultura. Por exemplo, picos excepcionais de visitação prejudicam as tarefas agrícolas, especialmente em pequenas propriedades, as quais dependem da mão de obra familiar, mas esse item ainda precisa ser examinado. Os conflitos que os proprietários rurais vivenciam relacionados à sua identidade propriedade rural-turismo também precisam ser mais explorados (Brandth & Haugen, 2011; Daugstad & Kirchengast, 2013). Por fim, o exame sistêmico da família rural é desafiador porque um entendimento profundo da dinâmica familiar requer abordagens fenomenológicas ao incluir todos os membros ativos no negócio rural, no entanto, isso consome tempo e recursos (Ainley, 2014). Por exemplo, as abordagens motivacionais precisam avaliar todos os indivíduos da família que são influenciados por seu próprio conjunto de forças internas (por exemplo, necessidades, prioridades) e externas (por exemplo, papéis sociais) (Austin & Vancouver, 1996).

Outro desafio do Enfoque Sistêmico do Agroturismo está relacionado à multifuncionalidade da agricultura, que reconhece os variados serviços que as propriedades rurais prestam à sociedade como um todo, os quais vão além da produção de alimentos e fibras, como recreação e beleza cênica (Barbieri & Valdivia, 2010). O problema da multifuncionalidade da agricultura é que muitos desses serviços são produzidos como externalidades, isto é, o indivíduo ou grupo produzindo esse serviço (neste caso, o produtor rural) não recebe qualquer pagamento ou compensação (Pretty *et al.*, 2001). Quando os pro-

dutores rurais preservam celeiros históricos ou árvores e plantas nativas para aumentar o valor estético de suas propriedades agroturísticas, eles estão, de fato, aumentando os ativos de suas propriedades rurais e o valor que os seus visitantes recebem, logo, podem receber algum retorno econômico (Gao *et al.*, 2014; LaPan & Barbieri, 2014). Assim como seus vizinhos e a sociedade como um todo, que se beneficiam da herança preservada, do cenário rural agradável, do odor menos associado à propriedade rural ou do sequestro de carbono. Esses benefícios sociais, em muitos casos, excedem os retornos privados que os produtores rurais obtêm (Pretty *et al.*, 2001), então, ainda teremos que resolver como internalizá-los e incorporá-los na avaliação do agroturismo.

O clima político influencia o agroturismo, tanto como facilitador quanto como obstáculo. Por exemplo, os programas de incentivo para aumentar a competitividade e a modernização do setor agrícola podem facilitar a venda direta de produtos agrícolas e, conseqüentemente, o desenvolvimento do agroturismo (Schilling *et al.*, 2006). Por outro lado, a responsabilidade por potenciais acidentes entre os visitantes aumenta os custos com seguros da propriedade rural, desafiando, dessa maneira, a viabilidade de oferecer o agroturismo, especialmente entre as propriedades rurais de pequenas famílias (Schilling *et al.*, 2006; 2012). Politicamente, podemos argumentar que é necessário conscientizar os que estão no poder sobre os benefícios do agroturismo para que aprovem leis e elaborem políticas que fortaleçam a oferta de agroturismo (Schilling *et al.*, 2006; Pulina *et al.*, 2006). Este é o caso em diversos estados dos Estados Unidos (por exemplo, Carolina do Norte), os quais aprovaram leis limitando a responsabilidade das propriedades rurais caso tenham implantado medidas de segurança apropriadas e razoáveis. Essas políticas, por sua vez, podem ter implicações maiores para as comunidades rurais. Por exemplo, o forte interesse do governo chinês para aumentar a renda dos produtores rurais por meio de incentivos relacionados ao agroturismo estimulou o retorno dos migrantes locais, cujo desenvolvimento de seus pequenos negócios revitalizou as economias rurais (Yang, 2012). Tal contexto político impõe desafios à macroavaliação do agroturismo devido às conjunções socioeconômicas particulares prevalentes em um dado destino. Por exemplo, a avaliação do agroturismo relacionado à igualdade de gênero não pode ser generalizada, pois deveria explicar o nível de domínio masculino no destino do agroturismo. Da mesma forma, as avaliações deveriam incluir se os impactos do desenvolvimento do agroturismo atingem todos os membros da comunidade com base no acesso igualitário a recursos de órgãos setoriais (por exemplo, subsídios, baixas taxas de empréstimos, concessões), o que também varia muito de destino para destino.

Um desafio final na avaliação do agroturismo por meio de um enfoque sistêmico é a globalização, pois a sustentabilidade clama pela avaliação da viabilidade dos empreendimentos rurais sob condições socioeconômicas em transformação (Smit & Brklacich, 1989). A globalização está mudando a população das sociedades rurais (a oferta) e os desejos dos visitantes (a demanda) pelo agroturismo. Do ponto de vista da oferta, a globalização está tornando os moradores rurais mais abertos a outras culturas, bem como à modernização (Yang, 2012). Contudo, ela também está impondo um desafio aos produtores rurais, que talvez tenham de encenar uma experiência agrícola idílica aos visitantes para retratar um estilo de vida camponês não modernizado (Daugstad & Kirchengast, 2013). Do lado da demanda, o público está aumentando sua conscientização acerca do sistema alimentício e se reconectando com os produtores locais, o que pode se traduzir na ressurgência da agricultura familiar e na perpetuação do estilo de vida rural (Kline *et al.*, 2015), especialmente para pequenas operações (Schilling *et al.*, 2012). Todavia, os descendentes da globalização são clientes voláteis que demonstram mudanças constantes em suas preferências e estilos de vida, desafiando, desse modo, a programação de atividades agroturísticas. Essas mudanças impulsionadas pela globalização na oferta e na demanda do agroturismo impedem sua avaliação estática, uma vez que os resultados podem se confirmar ou ser aplicáveis apenas por um curto espaço de tempo (Barbieri *et al.*, 2008; Ilbery, 1991; Ploeg *et al.*, 2000).

Conclusão

Neste capítulo, discutimos a adequabilidade do agroturismo como uma estratégia sustentável para as propriedades agrícolas familiares e o desenvolvimento rural com base em quatro postulados: (1) a natureza sinérgica dos empreendimentos na propriedade rural; (2) o complexo *mix* de objetivos por trás de seu desenvolvimento; (3) a estrutura entrelaçada da instituição propriedade rural-família; e (4) a complexidade da própria sustentabilidade. Embora tenhamos exemplificado a variedade de resultados agroturísticos para os produtores rurais e as comunidades vizinhas, concluímos que, até hoje, a avaliação do agroturismo é inconclusiva devido às abordagens míopes e incompletas utilizadas. Elas são míopes porque, na maioria das vezes, são avaliadas através de lentes econômicas, e incompletas porque não captam a complexidade de todos os atores envolvidos. Portanto, propomos o Enfoque Sistêmico do Agroturismo para avaliar, de forma holística, o desempenho

do agroturismo, captando a diversidade de seus impactos positivos e negativos nos níveis produtor rural, família e sociedade. Reconhecendo os desafios associados às abordagens sistêmicas, em seguida esmiuçamos três tópicos – externalidades, contexto político, globalização –, contestando sua aplicação. Posteriormente, postulamos que, depois de controlar esses desafios, o Enfoque Sistêmico do Agroturismo pode ser utilizado para elaborar políticas a fim de fortalecer a capacidade do agroturismo como uma estratégia de desenvolvimento sustentável e maximizar seus benefícios a produtores rurais, famílias rurais e sociedades rurais. Embora reconheçamos a limitada operacionalização geográfica do Enfoque Sistêmico do Agroturismo apresentada neste capítulo, acreditamos que sua aplicação pode ser extrapolada para qualquer cenário geopolítico, pois é ampla o suficiente para controlar características contextuais afetando um determinado destino agroturístico.

Agradecimentos

A autora gostaria de agradecer profundamente a todos os membros passados e atuais do laboratório de Agroturismo e Bem-Estar Social (Agri-tourism & Societal Well-being lab) da Universidade Estadual da Carolina do Norte, cujo trabalho, ao longo dos anos, teve um importante papel no avanço crítico do estudo do agroturismo: Jie Gao, Claudia Gil Arroyo, Mirza Farzana Halim, Yasuharu Katsube, Jing Li, Sandra Sotomayor, Christine Tew e Shuangyu Xu. Também temos uma dívida de gratidão com milhares de homens e mulheres anônimos, que disponibilizaram seu tempo e ideias como participantes de nossos estudos. Nossos agradecimentos também vão aos nossos coautores de muitas instituições, cuja sabedoria tem lançado luz sobre nossa trilha de pesquisa. Agradecimentos especiais aos nossos colegas brasileiros, especialmente aos professores Karina Solha, Reinaldo Sá Teles e Marcelino Souza, pelo seu apoio e dedicação para avançar no conhecimento e na prática do turismo sustentável na América Latina.

Referências

- AINLEY, S. A phenomenological study of agritourism entrepreneurship on Ontario family farms. *Tourism Planning & Development*, v. 11, n. 3, p. 317-329, 2014.
- ALSOS, G. A.; LJUNGGREN, E.; PETTERSEN, L. T. Farm-based entrepreneurs: what triggers the start-up of new business activities? *Journal of Small Business and Enterprise Development*, v. 10, n. 4, p. 435-443, 2003.

ANTHOPOULOU, T.; KOUTSOU, S. Local agri-food products of women's cooperatives. The 'feminine side' of quality (Greece). In: EUROPEAN IFSA SYMPOSIUM, 9., 2010, Vienna. *Proceedings...* Vienna: IFSA, 2010.

ARROYO, C. G.; BARBIERI, C.; RICH, S. R. Defining agritourism: a comparative study of stakeholders' perceptions in Missouri and North Carolina. *Tourism Management*, v. 37, p. 39-47, 2013.

AUSTIN, J.; VANCOUVER, J. Goal constructs in psychology: structure, process and content. *Psychological Bulletin*, v. 120, n. 3, p. 338-375, 1996.

BARBIERI, C. A comparison of agritourism and other farm entrepreneurs: Implications for future tourism and sociological research on agritourism. In: KLENOSKY, D. B.; FISHER, C. L. (Ed.). *Proceedings of the 2008 Northeastern Recreation Research Symposium (General Technical Report NRS-P-42)*. Newton Square, PA: U.S. Department of Agriculture, Forest Service, Northern Research Station, 2009. p. 343-349.

BARBIERI, C. An Importance-Performance Analysis of the motivations behind agritourism and other farm enterprise developments in Canada. *Journal of Rural and Community Development*, v. 5, n. 1-2, p. 1-20, 2010.

BARBIERI, C. Assessing the sustainability of agritourism in the US: a comparison between agritourism and other farm entrepreneurial ventures. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 21, n. 2, p. 252-270, p. 2013.

BARBIERI, C. An activity-based classification of agritourists. In: ANNUAL INTERNATIONAL CONFERENCE OF TRAVEL AND TOURISM RESEARCH ASSOCIATION, 45., 2014, Brugge, Belgium. *Proceedings...* Brugge, Belgium: TTRA, 2014.

BARBIERI, C.; MAHONEY, E. Why is diversification an attractive farm adjustment strategy? Insights from Texas farmers and ranchers. *Journal of Rural Studies*, v. 25, n. 1, p. 58-66, 2009.

BARBIERI, C.; MSHENGA, P. The role of firm and owner characteristics on the performance of agritourism farms. *Sociologia Ruralis*, v. 48, n. 2, 166-183, 2008.

BARBIERI, C.; MAHONEY, E.; BUTLER, L. Understanding the nature and extent of farm and ranch diversification in North America. *Rural Sociology*, v. 73, n. 2, p. 205-229, 2008.

BARBIERI, C.; VALDIVIA, C. Recreation and agroforestry: examining new dimensions of multifunctionality in family farms. *Journal of Rural Studies*, v. 26, n. 4, p. 465-473, 2010.

BARLAS, Y. *et al.* Factors influencing the integration of alternative farm enterprises into the agro-food system. *Rural Sociology*, v. 66, n. 3, p. 342-358, 2001.

BENJAMIN, C. The growing importance of diversification activities for French farm households. *Journal of Rural Studies*, v. 10, n. 4, 331-342, 1994.

BLACKA, A. *et al.* Agritourism. *Virginia Cooperative Extension Publication*, n. 310, Oct. 2009. Available in: <<http://www.ext.vt.edu/pubs/agritour/310-003/310-003.pdf>>. Access in: July 15th, 2015.

BOWLER, I. *et al.* The development of alternative farm enterprises: a study of family labour farms in the Northern Pennines of England. *Journal of Rural Studies*, v. 12, n. 3, p. 285-295, 1996.

BRANDTH, B.; HAUGEN, M. S. Gendered work in family farm tourism. *Journal of Comparative Family Studies*, v. 38, n. 3, p. 379-393, 2007.

BRANDTH, B.; HAUGEN, M. S. Farm diversification into tourism: implications for social identity? *Journal of Rural Studies*, v. 27, n. 1, p. 35-44, 2011.

BUSBY, G.; RENDLE, S. The transition from tourism on farms to farm tourism. *Tourism Management*, v. 21, n. 6, p. 635-642, 2000.

BUTLER, R. W. Sustainable tourism: a state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, v. 1, n. 1, p. 7-25, 1999.

CARLSEN, J.; GETZ, D.; ALI-KNIGHT, J. The environmental attitudes and practices of family businesses in the rural tourism and hospitality sectors. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 9, n. 4, p. 281-297, 2001.

CARTER, S. Portfolio entrepreneurship in the farm sector: Indigenous growth in rural areas. *Entrepreneurship and Regional Development*, v. 10, n. 1, 17-32, 1998.

CHE, D.; VEECK, A.; VEECK, G. Sustaining production and strengthening the agritourism product: Linkages among Michigan agritourism destinations. *Agriculture and Human Values*, v. 22, n. 2, p. 225-234, 2005.

CHOO, H.; JAMAL, T. Tourism on organic farms in South Korea: a new form of eco-tourism? *Journal of Sustainable Tourism*, v. 17, n. 4, p. 431-454, 2009.

DAMIANOS, D.; SKURAS, D. Farm business and the development of alternative farm enterprises: an empirical analysis in Greece. *Journal of Rural Studies*, v. 12, n. 3, p. 273-283, 1996.

DAUGSTAD, K.; KIRCHENGAST, C. Authenticity and the pseudo-backstage of agri-tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 43, p. 170-191, 2013.

FLEISCHER, A.; TCHETCHIK, A. Does rural tourism benefit from agriculture? *Tourism Management*, v. 26, n. 4, p. 493-501, 2005.

FISHER, D. The potential for rural heritage tourism in the Clarence Valley of Northern New South Wales. *Australian Geographer*, v. 37, n. 3, p. 411-424, 2006.

FRANCIS, C. *et al.* Transdisciplinary research for a sustainable agriculture and food sector. *Agronomy Journal*, v. 100, n. 3, p. 771-776, 2008.

GAO, J.; BARBIERI, C.; VALDIVIA, C. Agricultural landscape preferences: Implications for agritourism development. *Journal of Travel Research*, v. 53, n. 3, p. 366-379, 2014.

GASSON, R. Goals and values of farmers. *Journal of Agricultural Economics*, v. 24, n. 3, p. 521-542, 1973.

GETZ, D.; CARLSEN, J. Characteristics and goals of family- and owner-operated businesses in the rural tourism and hospitality sectors. *Tourism Management*, v. 21, n. 6, p. 547-560, 2000.

HARRIS, J. M. *Basic principles of sustainable development*. Medford, MA: Global Development and Environment Institute, Tufts University, June 2000. (Working paper 00-04). Available in: <<http://econwpa.repec.org/eps/dev/papers/0106/0106006.pdf>>. Access in: July 15th, 2015.

HORNSBY, J.; KURATKO, D. *The human resource function in emerging enterprises*. Mason, Ohio: South-Western; Thomson Learning, 2002.

ILBERY, B. W. Farm diversification as an adjustment strategy on the urban fringe of the West Midlands. *Journal of Rural Studies*, v. 7, n. 3, p. 207-218, 1991.

JENNINGS, G.; STEHLIK, D. Agricultural women in central Queensland and changing modes of production. *Rural Society*, v. 10, n. 1, p. 63-78, 2000.

KIM, J.; ZEPEDA, L. Factors affecting children's participation and amount of labor on family farms. *Journal of Safety Research*, v. 35, n. 4, p. 391-401, 2004.

KLINE, C.; BARBIERI, C.; LAPAN, C. The influence of agritourism on niche meats loyalty and purchasing. *Journal of Travel Research*, 55 (5) 643-658, may, 2016.

KNICKEL, K.; RENTING, H. Methodological and conceptual issues in the study of multifunctionality and rural development. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 512-528, 2000.

KNUTSON, R. *et al.* Southern farmers' exposure to income risk under the 1996 Farm Bill. *Journal of Agricultural and Applied Economics*, v. 30, n. 1, p. 35-46, 1998.

KURATKO, D.; HORNSBY, J.; NAFFZIGER, D. An examination of owner's goals in sustaining entrepreneurship. *Journal of Small Business Management*, v. 35, n. 1, p. 24-33, 1997.

LAGRAVINESE, R. Rural tourism and ancient traditions: evidence from Italian regions. *Local Economy*, v. 28, n. 6, 614-626, 2013.

LAPAN, C.; BARBIERI, C. The role of agritourism in heritage preservation. *Current Issues in Tourism*, v. 17, n. 8, p. 666-673, 2014.

LIGHT, H. K.; HERTSGAARD, D.; MARTIN, R. E. Farm children's work in the family. *Adolescence*, v. 20, n. 78, 425-432, 1985.

LING, R. S. J. *et al.* Women's role in sustaining villages and rural tourism in China. *Annals of Tourism Research*, v. 43, p. 634-638, 2013.

LYNN, M.; REINSCH, N. L. Diversification patterns among small businesses. *Journal of Small Business Management*, v. 28, n. 4, p. 60-70, 1990.

MARSDEN, T.; SONNINO, R. Rural development and the regional state: Denying multifunctional agriculture in the UK. *Journal of Rural Studies*, v. 24, n. 4, p. 422-431, 2008.

MAYE, D.; ILBERY, B.; WATTS, D. Farm diversification, tenancy and CAP reform: results from a survey of tenant farmers in England. *Journal of Rural Studies*, v. 25, p. 333-342, 2009.

MCGEHEE, N.; KIM, K. Motivation for agri-tourism entrepreneurship. *Journal of Travel Research*, v. 43, n. 2, p. 161-170, 2004.

MCGEHEE, N. An agritourism systems model: a Weberian perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 15, n. 2, p. 111-124, 2007.

MCGEHEE, N. G.; KIM, K.; JENNINGS, G. R. Gender and motivation for agri-tourism entrepreneurship. *Tourism Management*, v. 28, n. 1, p. 280-289, 2007.

MCNALLY, S. Farm diversification in England and Wales - What can we learn from the farm business survey? *Journal of Rural Studies*, v. 17, n. 2, p. 247-257, 2001.

NICKERSON, N.; BLACK, R.; MCCOOL, S. Agritourism: motivations behind farm/ranch business diversification. *Journal of Travel Research*, v. 40, n. 1, p. 19-26, 2001.

NILSSON, P. A. Staying on farms: An ideological background. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 1, p. 7-24, 2002.

OLLENBURG, C.; BUCKLEY, R. Stated economic and social motivations of farm tourism operators. *Journal of Travel Research*, v. 45, n. 4, p. 444-452, 2007.

PANDOLFELLI, L.; QUISUMBING, A. R. Promising approaches to address the needs of poor female farmers: Resources, constraints, and interventions. *World Development*, v. 38, n. 4, p. 581-592, 2010.

PHILLIP, S.; HUNTER, C.; BLACKSTOCK, K. A typology for defining agritourism. *Tourism Management*, v. 31, n. 6, p. 754-758, 2010.

PLOEG, J. D. *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

PULINA, M.; DETTORI, D. G.; PABA, A. Life cycle of agrotouristic firms in Sardinia. *Tourism Management*, v. 27, n. 5, p. 1006-1016, 2006.

PRETTY, J. *et al.* Policy challenges and priorities for internalizing the externalities of modern agriculture. *Journal of Environmental Planning and Management*, v. 44, n. 2, p. 263-283, 2001.

QUISUMBING, A. *Improving women's agricultural productivity as farmers and workers*. Washington D. C.: The World Bank, 1994. (Discussion Paper, 37).

REDCLIFT, M. R. Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age. *Horizontes Antropológicos*, v. 12, n. 25, p. 65-84, 2006.

SANTERAMO, F. G.; MORELLI, M. Modelling tourism flows through gravity models: a quantile regression approach. *Current Issues in Tourism*, 19 (11), 1077-1083, 2016.

SCHMITT, M. Agritourism: from additional income to livelihood strategy and rural development. *The Open Social Science Journal*, v. 3, p. 41-50, 2010.

SHARPLEY, R. Rural tourism and the challenge of tourism diversification: the case of Cyprus. *Tourism Management*, v. 23, n. 3, p. 233-244, 2002.

SCHILLING, B. J. *et al.* *The opportunity for agritourism development in New Jersey*. New Brunswick, NJ: Food Policy Institute Publication, Oct. 2006. (Report, n. RR-0706-010).

SCHILLING, B. J.; SULLIVAN, K. P.; KOMAR, S. J. Examining the economic benefits of agritourism: the case of New Jersey. *Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development*, v. 3, n. 1, p. 199-214, 2012.

SMIT, B.; BRKLACICH, M. Sustainable development and the analysis of rural systems. *Journal of Rural Studies*, v. 5, n. 4, p. 405-414, 1989.

SONNINO, R. For a 'piece of bread'? Interpreting sustainable development through agritourism in southern Tuscany. *Sociologia Ruralis*, v. 44, n. 3, p. 285-300, 2004.

SWARBROOKE, J. *Sustainable tourism management*. Wallingford: CABI Publishing, 1999.

TEW, C.; BARBIERI, C. The perceived benefits of agritourism: the provider's perspective. *Tourism Management*, v. 33, n. 1, p. 215-224, 2012.

TURNER, M. M. *et al.* *The effects of public funding on farmer's attitudes to farm diversification*. Exeter, UK: University of Exeter, 2006. (CRR Research Report, n. 15). Available in: <http://www.defra.gov.uk/rural/documents/research/public_funding_farmers_attitudes.pdf>. Access: Oct 15th, 2009.

TURNER, M. *et al.* *Farm diversification activities 2002: benchmarking study*. Exeter, UK: University of Exeter, 2003. (CRR Research Report, n. 4). Available in: <<http://statistics.defra.gov.uk/esg/reports/farmdiv/default.asp>>. Access: Oct 15th, 2009.

VALDIVIA, C.; BARBIERI, C. Agritourism as a sustainable adaptation strategy to climate change in the Andean Altiplano. *Tourism Management Perspectives*, v. 11, p. 18-25, 2014.

VEECK, G.; CHE, D.; VEECK, J. America's changing farmscape: a study of agricultural tourism in Michigan. *The Professional Geographer*, v. 58, n. 3, p. 235-248, 2006.

WICKS, B. E.; MERRETT, C. D. Promoting rural development through agri-tourism. *Rural Research Report*, v. 13, n. 9, p. 1-8, 2003.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

YANG, L. Impacts and challenges in agritourism development in Yunnan, China. *Tourism Planning & Development*, v. 9, n. 4, p. 369-381, 2012.